A historiografia do "mal radical"*
Cristãos & Judeus face ao holocausto

Eduardo Diatahy B. de Menezes**

1 Preliminares

Vivi minha infância, nos anos 1940, sob o clima da Segunda Guerra Mundial. Naquela época, a despeito do temor que nos infundia a atitude dos adultos daquela Fortaleza a que se impunha o blecaute noturno, sob a suposta ameaça de bombardeios de navios alemães, o imaginário lúdico da garotada transformava os horrores da Guerra em batalhas entre os pequenos habitantes de quarteirões rivais. Naquele tempo, era comum a inexistência de muros entre quintais das velhas casas, separados por cerca viva de melão de São Caetano: aí, nos municiávamos do material "bélico" que utilizávamos em nossas batalhas campais na escuridão das primeiras horas da noite. Por vezes, o guarda-noturno nos reprimia em virtude da algazarra que nossa atividade provocava.

Com a entrada do Brasil na Guerra, dois outros fatos ficaram na memória do período: o quebra-quebra promovido pelo povo contra lojas e empresas de países do Eixo e a mobilização de pracinhas que partiam para a campanha na Itália, dentre os quais parentes e amigos aí estavam envolvidos.

Passaram-se os anos de formação e, pouco a pouco, na medida em que a paixão pela História e a Filosofia foi substituindo meu primitivo projeto de titulação em engenharia, essa temática foi então ocupando um lugar de relevo em meus propósitos de estudo e pesquisa, mas sempre meio recalcada num canto da consciência por força de outras preocupações mais pragmáticas que a existência imediata impunha.

---

* Publicado, numa primeira versão e com esse primitivo título, em *O POVO*, Fortaleza, 28/ Junho/1998.

** Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Em suma, só mais recentemente, eu me decidi dedicar alguma atenção mais sistemática sobre o tema que sugere o título deste ensaio. Mais precisamente quando se tornou evidente o crescimento do acervo de novos estudos e documentários, bem como certas ocorrências relevantes começaram a emergir a esse respeito, o que levou meu amigo e historiador Eduardo Hoornaert, sempre atento aos fatos do presente, ainda que ocupe boa parte de seu labor de investigação sobre as origens históricas do Cristianismo, a enviar-me um texto de caráter mais pessoal, onde, a partir do pedido de desculpa do Vaticano às vítimas do Holocausto, em especial às comunidades judaicas. Esse texto inicial era constituído claramente de uma série de reflexões e sugestões dirigida mais especificamente aos seus colegas historiadores. Pouco depois, ele deu um caráter mais articulado a esse seu posicionamento num artigo que publicou na *Folha de São Paulo*. Isso suscitou meu desejo de acrescentar algo a essa discussão, como de fato escrevi e publiquei em *O POVO* artigo em convergência com este seu texto.

Ambos vão reproduzidos a seguir, nessa ordem.

* * *

(Contraponto com Eduardo Hoornaert a propósito do Holocausto)

Cristãos e Judeus

Raízes do antijudaísmo da Igreja se confundem com a origem do cristianismo

Eduardo Hoornaert*

Especial para a *Folha de São Paulo*, 19/04/1998

A recente declaração do Vaticano a respeito da atitude de "filhos e filhas da igreja" frente aos judeus durante a Segunda Guerra suscitou vivas reações nos meios rabínicos. E com razão. O texto é largamente insuficiente, pois não aprofunda a relação histórica entre judeus e cristãos, que toca no cerne da própria definição do cristianismo como religião. Para os cristãos, o ecumenismo com os judeus é o primeiro dos ecumenismos. Sem ele, o cristianismo permanece fechado em si mesmo.

Em primeiro lugar, e falando de forma estritamente histórica, é preciso dizer que até a década de 170 d.C. o cristianismo é uma dissidência no seio do judaísmo(1), uma das correntes de um judaísmo em processo de rabinização após os terríveis fatos do ano 70 – destruição do templo de Jerusalém – e os mais traumatizantes ainda do ano 135, quando, após sangrentos combates que custaram a vida de meio milhão de judeus, a Judéia deixou de existir como província do império. Os cristãos foram de tal modo atingidos por esses acontecimentos, que é preciso abandonar de vez o confuso termo judeo-cristianismo e substituí-lo pelo termo judaísmo cristão ou então seita cristã ou ainda dissidência cristã. A tese defendida por estudiosos cristãos

* Eduardo Hoornaert é historiador e ensaísta, autor de *O Movimento de Jesus e Cristãos da Terceira Geração* (Vozes), entre outros.

até os anos 1960, segundo a qual teria havido desde os inícios um cristianismo independente, cede paulatinamente diante das investigações dos últimos tempos, que estão dando uma crescente caracterização judaica não só à vida de Jesus, mas também às origens cristãs.

A razão pela qual os Evangelhos são antijudaicos reside em grande parte na dinâmica do que se pode chamar de "afirmação presbiteral" dos anos 80 a 100 d.C, período de sua redação definitiva. Os presbíteros, na realidade, "rabinos da dissidência", insistem nas diferenças, compram brigas com os rabinos ortodoxos, lutam por um espaço próprio. E, no meio da luta, mexem com textos, como por exemplo o relato da paixão de Jesus, responsabilizando o povo judeu pela morte de Jesus. As terríveis palavras "seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos" (Mateus 27, 25), até hoje não retiradas da liturgia da Semana Santa, dão a entender que o povo judeu teria "assassinado" Jesus, o que não corresponde à verdade, pois sabemos que Jesus foi condenado pelas autoridades romanas por meio de um tribunal romano, segundo procedimentos romanos.

Diversos trechos evangélicos relativos aos judeus, que foram interpretados de forma antijudaica, não significam desprezo da religião judaica em si, nem pressupõem o propósito de se formar uma religião independente. Assim como o termo *judeu* no evangelho de São João significa "os que não concordam com Jesus" (pois todos são judeus: Jesus, seus ouvintes e seus adversários), também o termo *gentio* em São Paulo pode ter o seguinte significado: "Os (judeus ou simpatizantes) que não praticam a circuncisão ou as restrições alimentares próprias do judaísmo ortodoxo, seja por viverem na diáspora (dispersão) ou por adotarem um estilo de vida helenístico, não mais estritamente palestino". Efetivamente, o cristianismo aproxima-se do judaísmo helenístico ou helenizante praticado por judeus que vivem fora da Palestina, principalmente em cidades grandes como Alexandria, Antioquia ou Roma, numa ampla diáspora. Esse helenismo não é bem visto aos olhos dos rabinos ortodoxos.

O apelo do filósofo romano Celso, na década de 170, no sentido de convidar os cristãos a dar sua contribuição na construção da sociedade romana, não encontra eco nas comunidades que ainda vivem no casulo judaico. Passam-se longos 70 anos antes que o teólogo cristão Orígenes finalmente responda, por volta de 245, e com imenso sucesso, que o imperador romano – e com ele a sociedade romana – entra no plano do único Deus dos judeus e dos cristãos. Orígenes simboliza o abandono do único referencial judaico, a abertura ao mundo amplo. O cristianismo aí se espalha com tanta rapidez, que outro filósofo romano, Porfírio, apenas 20 anos mais tarde, declara que o cristianismo está presente "nos cantos mais afastados da terra habitada" e que a igreja está prestes a rivalizar com o próprio Estado.

Contudo, o sucesso do cristianismo não se deve principalmente à teologia, mas sim a fatores de ordem sociológica. Diante do desmantelo da antiga ideia de cidade pela presença de grupos sempre maiores de estrangeiros provenientes de toda parte – que migram de cidade em cidade e amedrontam os residentes, que se fecham em si –, a ideia cristã da caridade consegue criar novos laços, restabelecendo o tecido social. Eis um resultado do universalismo cristão, idéia advinda diretamente de Jesus e destoante da atitude mais particularista do judaísmo. Mas essa primeira vitória cristã acarreta uma crescente discriminação contra o povo judeu.

Praticamente todos os padres da igreja são antijudaicos, desde Orígenes e João Crisóstomo até Ambrósio e Agostinho. Na Idade Média cria-se uma síndrome antijudaica que perpassa toda a sociedade. Os judeus são considerados inimigos do Estado. E assim fica até os nossos dias. O antissemitismo atual é uma sedimentação laicizada, mesclada de outros ingredientes ideológicos, do horror maniqueu dos judeus que o cristianismo propagou por toda parte no decorrer de sua longa história[2].

Ainda em 1937, às vésperas da Segunda Guerra, o papa Pio XI repete na sua encíclica *Mit brennender Sorge* [*Com profunda ansiedade*] que foi o povo judeu que pregou

Jesus na cruz. Essa encíclica foi invocada em 1945 pelo seu sucessor Pio XII como álibi para justificar os oito anos de pesado silêncio por parte do Vaticano sobre o que se passara em toda a Europa com os judeus.

Não se deve estranhar, no contexto de toda essa história, que o nazismo alemão tenha encontrado entre os cristãos um amplo consenso com a sua política antijudaica. Pois é sabido que muitos cidadãos alemães, cristãos na sua grande maioria, colaboraram de livre e espontânea vontade, com gozo e exaltação à humilhação e segregação dos judeus, e foram "executores benevolentes de Hitler", como realça um livro recentemente editado no Brasil(3). Mas não adianta concentrar as acusações exclusivamente no nazismo ou no povo alemão. As raízes do antijudaísmo são bem mais profundas e se confundem com as próprias raízes do cristianismo histórico. Eis a grande vergonha dos cristãos. Claro que a recente declaração do Vaticano é positiva, mas no nosso entender é apenas um começo que precisa de largo respaldo para alcançar o que todos, acredito, queremos.

Apesar de tudo isso, o cristianismo permanece uma religião semita. O aspecto positivo de toda essa história está no imaginário cristão, persistentemente judeu. Antes de ser uma instituição, um corpo doutrinal e/ou uma moral, o cristianismo é um complexo e diversificado mundo imaginário, e esse mundo permanece semita, apesar das sucessivas helenizações e ocidentalizações. Os primeiros textos cristãos estão repletos de lindas imagens multifacetadas. Jesus é um anjo descido do céu, é o segundo Adão, é uma vinha, o arcanjo Miguel enviado para defender a humanidade, a pedra rejeitada que virou pedra angular. A igreja, por sua vez, é uma esposa fiel, dedicada mãe de muitos filhos, uma uva, fruto delicioso da vinha, vinho derramado. Essa linguagem não define, não se encerra num só sentido, evoca e sugere. O destino da teologia cristã posterior resultou em um enquadramento das lindas e evocativas imagens polissêmicas do mundo semita numa linguagem especulativa, definidora, dogmática, imperativa, exclusiva e exclu-

sivista, própria dos concílios dos séculos IV e V e da posterior tradição eclesiástica.

A Segunda Guerra não é puro passado, muitos fatores que botaram fogo no mundo nos anos 40 ainda agem no subconsciente das sociedades de hoje. Um deles é o antissemitismo. Pensamos que os brasileiros podem contribuir com originalidade na superação desse antissemitismo, pois não são tão ocidentais nem tampouco tão enquadrados em igrejas. Vivem em uma fértil fronteira com o Islã e numa mais fecunda ainda com o mundo africano e o indígena. Podem colaborar criativamente com uma discussão que aparentemente não os toca diretamente.

NOTAS

(1) Frend, W.H.C. *The Rise of Christianity*, London: Darton, Longman & Todd, 1984 (defende a tese do caráter judaico do cristianismo até os anos 170).
(2) Nikiprowetzky, V., *De l'Antijudaïsme Antique à l'Antisémitisme Contemporain*, Lille: Presses Universitaires de Lille, 1979 (o autor une pesquisa à militância).
(3) Goldhagen, D. J. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*, Cia. das Letras, 1997.

* * *

Cristãos & Judeus[4]

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes*

«Eu conheço tuas obras, tu não és nem frio nem quente. É mister que tu sejas frio ou quente!

Visto que tu és morno, nem quente nem frio, eu vou te vomitar de minha boca.»

Apocalipse, 3, 15-16.

«O mundo se cala. O mundo sabe o que se passa. Ele não pode ser diferente, e ele se cala, no Vaticano o Vigário de Deus... se cala...»

[Duma brochura polonesa clandestina, Ago.1943].

«Não tivemos a consolação de ouvir o sucessor do Galileu, Simão Pedro, condenar claramente, nitidamente e não por alusões diplomaticas, a crucifixão de inumeráveis "irmãos do Senhor". (...) Resta que um crime dessa envergadura recai numa medida significante sobre todas as testemunhas que não gritaram e quaisquer que tenha sido as razões de seu silêncio.»

FRANÇOIS MAURIAC

Não pude me furtar de um mergulho em lembranças e cogitações graves quando me deparei com as matérias da imprensa acerca do documento *«Nós recordamos: uma reflexão sobre a Shoah»* (o Holocausto), divulgado pelo Vaticano como esboço de um pedido de perdão aos Judeus e tentativa de inocentar a responsabilidade da omissão de Pio XI e Pio XII, o que deixou nítido desagrado e insatisfação não só da parte das comunidades judaicas, mas também de todos que se sentem comprometidos com os ideais de liberdade, de solidariedade e de justiça.

[4] Publicado numa primeira versão em *O POVO*, Caderno Sábado: Livros e Idéias, Fortaleza, 9/Maio/1998.

Com efeito, no meu tempo de estudante em Paris (1959-1960), houve um ressurgimento de manifestações antijudaicas na França. A Universidade de Paris, então, tomou a iniciativa de promover uma série de debates e apresentação de documentários cinematográficos, seguidos de depoimentos candentes de filósofos, escritores, etc. (Gabriel Marcel, Raymond Aron, dentre outros), alguns dos quais evadidos ou libertos de campos de concentração. Muitos anos mais tarde, outra vez em Paris, quando de um Pós-doutorado em História Antropógica do Imaginário do Ocidente Medieval (1989-1990), tive ocasião de ver a versão integral (9 horas de duração) do dilacerante documentário intitulado justamente «SHOAH». Toda essa documentação e as leituras ao longo dos anos deixaram-me forte impressão no espírito.

Agora sou motivado a tomar posição, estimulado por meu amigo, o historiador Eduardo Hoornaert, que enviou pela Internet o texto de sua reação reflexiva ao referido documento da Igreja. Para mostrar que o fato possui raízes mais distantes do que as ocorrências do Holocausto, ele imprime recorte claramente histórico à sua análise e argumentação. Quero, pois, propor uma espécie de contraponto complementar a esse apelo implícito do texto de Eduardo Hoornaert.

De fato, é bom ter em mente que o cristianismo, em sua origem, é uma **seita** que surge como dissidência no seio do judaísmo. Aliás, na época, falar de "judaísmo" como espécie de bloco monolítico que tendeu a se tornar séculos depois não faz sentido, face à extrema diversidade das tendências, não só das seitas diversas, mas no interior de cada uma delas. A *Epístola aos Gálatas*, de Paulo, é nesse sentido esclarecedora: é a quarta de suas cartas, escrita provavelmente entre 55 e 57 d.C, em seguida às cartas aos *Coríntios* e aos *Romanos*. Ela constitui um dos documentos reveladores dos conflitos da "Igreja" nascente; e serve ao "Apóstolo dos **Gentios**" como principal arma nos debates em favor da liberdade de espírito contra o peso dos legalismos. Paulo, aliás, diz textualmente que repreendeu Pedro em público por não aceitar a discriminação que este realizavva no trato com judeus e gentios. Estes eram assim chamados por serem considerados pagãos, isto é, não seguirem as prescrições rituais da Torá. E pagão – que vem do latim *paganu* (aldeão) – era aquele que não era batizado.

Ulteriormente, quando o cristianismo se fortalece e se afirma em sua vertente romana dominante, intensifica-se então a discriminação contra os judeus. Assim, se a expressão *judeo-cristianismo*, por um lado,

destaca a continuidade dessas duas tradições religiosas, expressando isso no traço de união, por outro lado, exprime a diferença, a distinção, o corte: a nova mensagem pretende ser a superação daquilo que foi o seu passado, embora incorporando-o. Nesse sentido, vale evocar esta palavra do Papa Gelásio I, ainda no século V: *Judas é o demônio e o servo do demônio [que] seu nome a toda uma raça [a dos judeus].*

Isso se reforça no curso dos séculos seguintes e chega a se tornar hediondo exercício de intolerância e autoritarismo no período da Inquisição e mesmo posteriormente. Ainda hoje, a bela liturgia da Semana Santa, com sua riqueza de símbolos, imagens e rituais, com seu canto gregoriano, com a narrativa da Paixão nos sinóticos e no evangelho de João, por tudo isso acentua e de certo modo se vinga, tomando o povo Judeu em conjunto como deicida, responsável da morte de *Iéshua'*. É dessa cultura cristã carregada de preconceitos que herdamos em nossa língua termos como *judeu* para designar um indivíduo mau, ou *judiar* para maltratar, fazer sofrer, etc.

O cristianismo ao longo de sua história tem convivido com a prática das mais sórdidas e perversas ações, numa estranha aliança entre mesquinharia e grandeza, santidade e violência. É bom lembrar que os Grandes Inquisidores que a História conhece não são necessariamente homens cruéis. Foram muita vez escrupulosos ao extremo e tiveram vida privada de um ascetismo espartano. Frequentemente, eram bondosos com os animais ou com as crianças, como o Cardeal Berlamino (ou seja, o jesuíta São Roberto Berlamino), que dirigiu os processos contra Giordano Bruno e Galileu, recusava-se a incomodar as pulgas que se domiciliavam em suas vestes: como aquelas não podiam ter esperança na beatitude celestial, dizia ele, seria cruel recusar-lhes tais prazeres da carne, os únicos a que tinham direito de exigir... Ao contrário, os homens que escolhessem a mentira embora lhes fosse dado conhecer o bem, para estes nenhuma repressão seria suficientemente severa. Foi assim que fogueiras se ergueram por toda parte a fim de queimar os incrédulos e seus livros; enquanto isso, doces e piedosos prelados se recolhiam para sua frugal colação de peixe e legumes secos, alimentavam seus gatos e canários, e meditavam sobre os salmos penitenciais... Além disso, seus capelães escreviam-lhes a biografia acentuando suas virtudes e sacrifícios, convencidos de que – segundo uma expressão do Cardeal Newman – *valeria muito mais ver a humanidade inteira sucumbir nos sofrimentos mais atrozes do que deixá-la cometer um só pecado venial*.

Esses poucos exemplos retirados de uma pletora de outros podem parecer surpreendentes, mas o historiador Trevor-Roper, de Oxford, recorda-os a propósito de Heinrich Himmler, considerado o arquétipo do Grande Inquisidor, era «o Fiel Henrique», como o chamava carinhosamente Hitler que lhe confiou o comando das **SS**. De tradicional família católica, Himmler recebera esmerada educação e era tido como fina personalidade que nada tinha de diabólica. O mencionado historiador lembra que Himmler possuía imensa e excelente biblioteca sobre a ordem dos Jesuítas e durante anos a fio passara as noites a estudar essa literatura. Eis por que ele concebeu a organização das SS seguindo o modelo da dos Jesuítas. Suas bases eram as regras e os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio de Loiola. A regra suprema era a da obediência absoluta, a execução de qualquer ordem sem discussão. O próprio Himmler era uma espécie de Padre Geral da Ordem. A hierarquia das dignidades era copiada da organização hierárquica da Igreja católica. Perto de Paderborn, na Westfalia, ele remodelou velho castelo medieval (Wevelsburg), e fez dele uma espécie de "Grande Claustro SS", onde aquele Padre Geral da Ordem convocava uma vez por ano um Consistório secreto. Seria longo arrolar todas essas aproximações e semelhanças. Que nos baste assinalar ainda que a aristocracia e a nobreza alemãs e italianas participaram intimamente do círculo do poder de seus respectivos regimes (*nazismo e fascismo*), assim como constituíam boa parte dos altos dignitários da Igreja.

Aliás, voltando às atrocidades, é bom lembrar que isso nem sequer é privativo da longa folha de crimes e genocídios cometidos por cristãos e católicos em especial, em nome da propagação de sua fé. Isso parece fazer parte da humana condição. Somos talvez a única espécie vivente a combater e a destruir seus semelhantes, não em função da sobrevivência, mas movidos por crenças, ideologias, doutrinas, utopias etc. E quando um regime de poder inexpugnável e tirânico instala-se, é mister muita força moral e coragem para combatê-lo de dentro. Nessas circunstâncias sobretudo, parece existir estranha tendência à servidão voluntária. Hegel examinou lucidamente essa dialética do senhor e do escravo, que Sartre transpôs em seguida brilhantemente para a dialética do torturador e do torturado. Tudo isso constitui o lado sombrio da humanidade.

Mas existe, não obstante, ao longo da História, lento processo de aperfeiçoamento de nossa consciência ética. Conquanto seja dificílimo altear-se ao posto de juiz das ações praticadas por instituições e seus

líderes em determinadas condições, a nossa consciência ética rejeita não imputar responsabilidades aos crimes hediondos contra a humanidade, como os do nazismo contra Judeus, Ciganos e outras minorias. E é difícil inocentar a responsabilidade da Igreja no caso e em especial a omissão e o silêncio "obsequioso" de Pio XI e de Pio XII.

A Igreja levou três séculos e meio para reconhecer sua culpa no caso do processo contra Galileu (1633) e ao longo do tempo tem sido forçada a reconhecer sua caminhada retrógrada em relação aos divergentes e aos profetas, ou face às novas concepções (evolucionismo, psicanálise etc.). Seria fastidioso enumerar os inúmeros casos. Em relação ao nazi-fascismo e às suas atrocidades, Alceu Amoroso Lima, em seu livro *Europa de Hoje*, obra de reavaliação escrita no pós-guerra (1950), depois de longa viagem pelo velho continente, confessa corajosamente que a Igreja e os cristãos cometeram o grave equívoco de apoiar esse regime brutal, acalentando a esperança de que ele impedisse o avanço do comunismo soviético. É este um ponto central da conduta geral no período.

Assim como parece ilegítimo confundir ou identificar o nazismo e os alemães em bloco, visto que houve inúmeras manifestações de coragem e heroísmo extremos da parte de indivíduos e grupos que efetuaram combates contra o regime e, mesmo no núcleo mais íntimo do poder, houve quem conspirasse contra ele e alimentasse o projeto de um acordo de paz sem Hitler; assim também não parece correto encarar sem diferenciações a conivência de cristãos nas perseguições aos Judeus. Parece que as confissões evangélicas demonstraram mais destemor nesse combate.

Mas de todas as partes houve casos admiráveis de destemor, como o do padre polonês **Kolbe**: esse franciscano que, antes da guerra, tinha sido missionário no Japão, morreu em agosto de 1941 no "Bunker da fome" de Auschwitz. Seu caso é exemplar – um de seus camaradas de cativeiro logrou evadir-se do campo, a despeito do regulamento que previa que toda evasão seria paga por 10 outros detentos condenados a perecer de inanição. Contaram dez homens ao acaso no bloco do evadido e entre esses estava F. Gajonwniczek, que possuía mulher e filhos e se pôs a chorar. Kolbe apresentou-se então para morrer em seu lugar alegando como pretexto que já não estava mais apto ao trabalho. Após romperem os membros de vários deles, fecharam os prisioneiros despidos numa cela de concreto, completamente nua e sem janela, recusando-lhes até água...

Entretanto, a posição oficial e geral da Igreja foi de silêncio e omissão. E o Vaticano era talvez um dos estados mais bem informados sobre todas as atrocidades então cometidas. Mais até que omissão. É bom não esquecer que foi o Cardeal Eugênio Pacelli (futuro Pio XII), então Secretário de Estado à época de Pio XI, quem impulsionou o papa à conclusão rápida da assinatura da **Concordata** com a Alemanha de Hitler. Sabe-se que, mais do que o papa, o Cardeal Pacelli sonhava então com uma aliança eterna entre um Estado autoritário e uma Igreja autoritária dirigida pela burocracia do Vaticano. Hitler e os homens fortes de seu regime, Himmler, Goering e Goebels, estavam atentos, em plena guerra, a não provocarem o Vaticano, mesmo quando bispos da Igreja na Alemanha levantavam a voz para acusá-los. É o caso de **Galen** e **Berning**, bispos de Münster e Osnabruck, respectivamente. (Mesmo assim Goering lembrou-lhes o juramento de fidelidade ao Estado, que eles haviam prestado diante dele). Em compensação, conforme escreve Friedrich Heer, "a oposição do clero jamais questionou a vassalagem ao Führer e Chanceler do Reich, Autoridade temporal querida por Deus. Para sua cruzada contra o bolchevismo, punham à sua disposição coortes de fiéis, levados ao combate por capelães..."

Todavia, não gostaria de deixar sem assinalar a presença marcante desta grande figura de dignitário da Igreja, que viveu nesse período, sempre numa relação tensa com a alta burocracia do Vaticano e sem jamais ter aceito a hipocrisia de que o silêncio fora ditado pela prudência para não suscitar a reação brutal da máquina nazista; refiro-me a Angelo Giuseppe Roncalli, futuro Papa João XXIII (1958 a 1963). Com efeito, quando em 1935 o bispo Roncalli foi transferido para a Delegação Apostólica em Istambul, onde permaneceria por mais dez anos, até receber em 1944 sua primeira indicação importante como núncio apostólico em Paris, nessa época de seu trabalho na Turquia, logo após a eclosão da guerra contra a Rússia, foi abordado pelo embaixador alemão, Franz von Papen, que lhe pediu que usasse sua influência em Roma para obter franco apoio do Papa à Alemanha, ele reagiu corojosamente: «E o que eu vou dizer sobre os milhões de judeus que seus conterrâneos estão assassinando na Polônia e na Alemanha?»[5]

Em suma, pelos inúmeros serviços de inteligência, pela informação permanente do governo polonês no exílio, pelas denúncias de Tho-

[5] Cf. ARENDT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 60-61.

mas Mann nas emissões que fazia na BBC de Londres, etc., tanto o Vaticano quanto os governos aliados **tinham ciência** de todas essas atrocidades, mas se omitiram por doloroso período.

Só vejo um benefício de toda essa monstruosa destruição desse período, que foi ter servido para expor as entranhas de nosssa humana condição e do que somos capazes de praticar para com nosso semelhante. E concluo: esses dados sumaríssimos, que respiguei de um oceano de misérias dessa época, tornam duramente verdadeira esta palavra de Nietzsche: **«Que são agora estas Igrejas, senão túmulos e sepulcros de Deus?»**

2 Historiografia do "mal radical"

Tendo publicado, pouco mais de um mês antes, artigo sobre as relações entre *Cristãos & Judeus* (*O POVO*, caderno «Sábado», 5/5/1998), suscitado pelo indigente documento do Vaticano a respeito do Holocausto, volto ao tema por outro ângulo a fim de comentar a atualidade do debate, relançado nos *mass media*, sobretudo pela recente e consistente obra do politicólogo norte-americano, Daniel Jonah Goldhagen, na origem sua tese de doutorado em Harvard, sobre os carrascos voluntários de Hitler[6]. O ruído "mediático" dessa polêmica pode, todavia, velar a riqueza e a seriedade das contribuições de historiadores que, nos últimos anos, ajudaram a ampliar e refinar o conhecimento sobre esse genocídio, assim como sobre aqueles que o conceberam e os que o executaram: pouco a pouco se esclarecem as origens do massacre, as condições em que foi decidido e posto em ação, a personalidade e as motivações dos matadores. Em suma, a natureza complexa deste fenômeno maior do século XX e cuja mortífera máquina de destruição em massa interroga até o fundo as bases axiológicas e éticas de nossa civilização.

Eis a razão do termo "mal radical" incluído no título. Ele evoca a tese da filósofa Hannah Arendt (*As origens do totalitarismo*)[7], segundo a qual ele surge como fruto de um sistema constituído em seus fundamentos – antissemitismo, imperialismo e totalitarismo – em que os ho-

---

[6] Cf.: GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. O povo alemão e o Holocausto. Trad. de Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

[7] Cf.: ARENDT, Hannah: *Les Origines du Totalitarisme*. Le système totalitaire. Paris: Seuil, 1972. [Há tradução brasileira dessa obra: *Origens do Totalitarismo* – Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998].

mens foram tornados "supérfluos". Todavia, para esta curta apresentação, apóio-me diretamente no ensaio de Philippe Burrin sobre o tema[8], que realiza excelente balanço dessa historiografia.

O antissemitismo é a pedra de toque da obra de Goldhagen, que centra seu foco sobre os matadores das bases ou cidadãos comuns da Alemanha: policiais que fuzilavam em massa judeus da Europa do Leste, guardas que assassinavam prisioneiros nos campos de "trabalho" forçado (eufemismo geralmente utilizado para velar a dura face dos campos de concentração, verdadeiras máquinas de extermínio), e as marchas de evacuação ao final da guerra. Ao contrário dos campos de extermínio, esses carrascos acham-se em face daquele que vão matar; e isso põe o leitor diante da evocação do sangue que jorra, horror cru que a maioria dos historiadores deixou a distância e, a despeito da repercussão desse livro, tais pesquisadores não o acolheram favoravelmente, atacando uma a uma suas afirmações: os assassinos agiam com conhecimento de causa e com um zelo que só podia provir de um preconceito profundo; por suas origens, pela profissão, pela mentalidade, eram alemães comuns; a grande maioria do povo alemão os apoiava pelo menos em espírito, em virtude de antigo antissemitismo virulento e arraigado na cultura alemã, o qual elevou em "projeto nacional" a eliminação dos judeus etc.

De esforço mais profícuo, entre 1990 e 1995, surgiu um volume de estudos sobre o tema do Holocausto comparável a tudo quanto se escreveu antes[9]. São historiadores alemães, anglo-saxões, israelitas e franceses, que enriqueceram esse canteiro de obras, em especial em decorrência da abertura dos arquivos do ex-bloco comunista com suas montanhas de documentos alemães capturados pelos soviéticos. Pode-se doravante reconstituir com mais precisão as etapas dessa tragédia humana, as relações entre os diferentes serviços de Ocupação, a tensão entre gestão e extermínio, a atitude das populações não judias e daquelas vizinhas aos campos de concentração ou de extermínio, ou a dos ocupantes amplamente atingidos pela corrupção e por crescente desinibição no uso da violência.

---

[8] Cf.: «Le Génocide de Juifs en Débats», *Le Monde Diplomatique*, Paris, junho/1997.

[9] Segundo Philippe Burrin, essa estimativa sobre o volume de publicações historiográficas é feita a partir de Michael RUCK. *Bibliographie zum Nationalsozialismus*, Colônia: Bund-Verlag, 1995.

O traço mais saliente dessa produção é, porém, sua abundância monográfica que supera a síntese e a interpretação[10]. Ao mesmo tempo multiplicam-se as obras sobre outras vítimas – prisioneiros de guerra soviéticos, ciganos, homossexuais, doentes mentais, etc. – cuja sorte semelhante torna injustificável o tratamento isolado da política antissemita que, de fato, integra uma concepção racista mais ampla[11].

Assim, se o conhecimento do '**como**' dos acontecimentos é cada vez mais rigoroso, o '**porque**' permanece objeto de debates, dos quais dois pelo menos merecem destaque. O primeiro diz respeito à gênese do genocídio e repercute ainda em virtude das lacunas documentais: os *intencionalistas* encaram a política antissemita como algo que, sob o comando de Hitler, segue um rumo orientado desde o início por um objetivo claro – o extermínio dos judeus; já os *funcionalistas* sublinham a inconsistência dessas intenções e os meandros do percurso, as improvisações e os impasses que o pontuam, e dos quais o regime nazista – conglomerado de feudos em luta, sob a arbitragem longínqua do Führer – só se livrou, radicalizando a cada etapa a perseguição e criando seus bodes expiatórios.

Posto não tenha cessado a polarização desses pontos de vista, o vento sopra, porém, rumo aos "funcionalistas". Sobretudo no que se refere à questão da tomada de decisão sobre o genocídio, os trabalhos recentes rejeitam uma ordem única emanando de Hitler e tendem a ressaltar a responsabilidade de todos os que o apoiavam, a começar pelas elites conservadoras, assim como destacam o papel do Ministério das Finanças e o do Trabalho, e de instituições como a Justiça, a Universidade e as Forças Armadas: o genocídio é a resultante dessa composição de forças.

O segundo debate, surgido nos anos 1990, prende-se diretamente ao '**porque**' e se desloca para os pensadores e os executores do genocídio, cujos pais espirituais rivalizavam em ódio e engenhosidade para a solução final da "questão judaica". No entendimento de historiadores alemães como Götz Aly e Susanne Heim, não foram fanáticos que a conceberam, mas especialistas (economistas, sociólogos, geógrafos, demógrafos, ar-

---

[10] Sobre esse aspecto Philippe Burrin assinala a seguinte fonte: MARRUS, Michael. «Reflections on the Historiography of the Holocaust», *Journal of Modern History*, Chicago, March 1994.

[11] Cf.: BURLEIGH, Michael and WIPPERMANN, Wolfgang: *The Racial State*. Germany 1933-1945. Cambridge University Press, 1991; CONTE, Edouard et ESSNER, Cornelia: *La Quête de la Race*. Une anthropologie du nazisme. Paris: Hachette, 1995. [*apud* Philippe Burrin].

quitetos e urbanistas etc.) que, antes de fazerem bela carreira na República Federal, preencheram escalões intermediários do aparelho de ocupação do Leste: queriam racionalizar a economia desses países e para combater a "superpopulação" preconizavam uma reestruturação socioeconômica que implicava entre outras coisas a eliminação dos judeus.

Assim, integrado a um projeto racionalizador, o extermínio dos judeus, por força das circunstâncias, se torna a solução eficaz. Deslocar judeus para uma "reserva" longínqua, isso foi anunciado várias vezes entre 1939 e 1941, e adiado face às dificuldades da guerra no Leste. Mas como bloqueassem a referida reestruturação, foram despojados de seus bens pelos nazistas e fechados em guetos onde padeciam fome, frio, tifo etc., tornando-se pouco produtivos.

Historiadores assinalam quanto o projeto nazista de remodelação racial do continente estava associado à vontade de modernização econômica, social e demográfica. Indo da eutanásia ao genocídio de "bocas inúteis"[12], os nazistas intervinham como queriam, transplantando, esterilizando, exterminando tanto quanto necessário para assegurar aos dominadores seu "espaço vital" e um superior nível de vida.

Retornando ao livro de Goldhagen: mediante o estudo dos matadores individuais cuja amplitude é com frequência ignorada por seu eclipse na enorme sombra de Auschwitz, ele atrai a atenção de modo gritante sobre a face sangrenta do genocídio - pelo menos 1 milhão e 300 mil judeus foram mortos a bala! Esse autor tem pelo menos o mérito de retomar a problemática do assassino em suas motivações e responsabilidade. Todavia, um predecessor seu, Christopher Browning chega a conclusões mais convincentes e matizadas. Ao estudar a ação de um batalhão de polícia responsável pelo assassinato de dezenas de milhares de judeus poloneses, ele estima que o antissemitismo não fornece explicação satisfatória; outros fatores, notadamente a pressão do grupo e o contexto da guerra, contribuíram para metamorfosear "homens comuns" em assassinos de massa[13].

---

[12] Fontes indicadas por Philippe Burrin: BURLEIGH, Michael. *Death and Deliverance: "Euthanasia" in Germany 1900-1945*. Cambridge University Press, 1994; e FRIEDLANDER, Henry. *The Origins of Nazi Genocide From Euthanasia to the Final Solution*. Chapel Hill: The North Carolina University Press, 1995.

[13] Ver BROWNING, Christopher. *Ordinary Men. Reserve Police Bataillon 101 and the Final Solution in Poland*. New York: Harper Collins, 1992.

Mas Philippe Burrin questiona com razão se o estudo dos matadores ofereceria um acesso privilegiado à explicação do genocídio. E ele próprio responde que tal aproche aplaina o papel do aparelho burocrático de extermínio (magistralmente reconstituído por Raul Hilberg), e ainda rejeita para um segundo plano o extermínio por gás, com seus 3 milhões de vítimas[14].

Portanto, como pode ser justificada a preeminência da face sangrenta do genocídio sobre sua face industrial?

Numa dessas faces, temos um açougue onde é liberado o secular ódio antijudaico; na outra, a eliminação industrial de "bocas inúteis" na fria lógica de um pensamento tecnocrático de reestruturação continental. Tais representações opostas do genocídio são igualmente simplificadoras: uma aponta para o atavismo; a outra, para a modernidade – não faltarão, pois, mais pesquisas. Eis por que Philippe Burrin conclui o ensaio com estas palavras: «o conhecimento não progride tão-pouco por simples acumulação ou por progresso linear. Em meio a inúmeras monografias em que se difunde uma sede de saber sem precedentes, obras como as de Götz Aly – Susanne Heim e de Daniel Jonah Goldhagen prestam um serviço inestimável: delimitam o campo da reflexão acerca da tragédia do século XX. »

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2011

[14] Cf.: HILBERG, Raul. *La Destruction des juifs d'Europe*. Paris: Fayard, 1985 (a primeira edição norte-americana é de 1961). Philippe Burrin acrescenta esta nota importante: *Aos judeus assassinados a bala ou por gás, é preciso ajuntar mais de 800 000 judeus que pereceram em virtude das condições de vida impostas nos guetos pelos nazistas*.

Algumas outras fontes de estudo

Além de amplo acervo cinematográfico – quase sempre uma mistura de documentário e reconstituição narrativa – e literário, em especial na dramaturgia, de que a peça *O Vigário*, do escritor alemão Rolf HOCHHUTH, é sem dúvida uma das mais densas e pungentes, inclusive por sua fundamentação, a última década proporcionou a multiplicação da produção historiográfica que é impossível arrolar aqui. Dou, pois, só alguns títulos mais significativos, afora os já citados.

DESCHNER, Karl-Heinz. *Historia Criminal del Cristianismo*. Barcelona: Martínez Roca, 1990 a 1997. [Este pesquisador alemão, com formação em Direito, Teologia, Filosofia e História, apresenta impressionante documentação e análise dessa temática geral, de que possuo apenas os 8 primeiros volumes dessa obra em elaboração].

MESSADIÉ, Gerald. *História Geral do Anti-Semitismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. [Religioso, econômico ou biológico... Antigo, medieval ou moderno... Vulgar, enfurecido ou pseudocientífico... São 2.500 anos de história do antissemitismo que esse pesquisador lúcido compendia nesta obra bem elaborada e esclarecedora].

BULCÃO NETO, Manuel Soares. *A Eloqüência do Ódio* – Reflexões sobre o racismo e outras alofobias. São Paulo: Livro Pronto, 2009. [Conforme assinalei no Prefácio a esta obra luminosa, verdadeira reconstrução histórica dos preconceitos e etnocentrismos que têm acompanhado a humanidade em seu processo evolutivo, examinando criticamente causas ou razões, condições e consequências (escravidão, guerras, racismos e toda sorte de intolerâncias), o autor afirma ser esse um ensaio sobre o ódio à **diferença**, ao Outro, cujo reverso é a paixão narcísica do **mesmo** e da indiferenciação monolítica. Eis que um de seus melhores capítulos é o dedicado ao Holocausto].

KERSHAAW, Ian. *Hitler*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. [Esta obra monumental, em todos os sentidos, constitui o fruto de vários anos de investigação, desse notável historiador inglês, em arquivos, documentação de vária ordem, entrevistas, etc., ainda mais por sua amplitude teórica e analítica, por sua rigorosa metodologia historiográfica e por sua iconografia riquíssima, constitui mais que a melhor biografia de Adolf Hitler, visto que tenta devassar os contextos de sua vida e atuação, projetando-se na interpretação do Terceiro Reich e do Holocausto. Seu autor diz ser este um estudo sobre o poder de Hitler, que assenta em duas

questões cruciais: 1) "como Hitler foi possível – como pôde um desajustado tão bizarro chegar a tomar o poder na Alemanha, país moderno, complexo, economicamente desenvolvido e culturalmente avançado?" E 2) como Hitler pôde depois exercer esse poder?" A edição original inglesa, de 2008, pela Peguin Books, era composta de 2 grandes volumes, subintitulados *Hubris* e *Nêmesis*, com 1.450 paginas de texto e 450 páginas de longas notas críticas e bibliografia; já a presente edição brasileira em suas 1077 pp., embora mantendo numa forma resumida o essencial da original, o autor nesta cortou porém 650 páginas e todo o aparato acadêmico. Para o estudioso é uma perda lamentável].

* Doutor em Sociologia do Conhecimento pela Universidade de Tours (França), Pós-Doutorado em História das Idéias Religiosas pelo Collège de France e em História Antropológica pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris); membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras, e titular da Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF), Professor Emérito da UFC e Titular de Sociologia da UECE. Membro da Academia Cearense de Letras, do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Ciências.